

DESCOMPLICANDO POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988
e a estrutura de proteção social brasileira



Natália Guimarães Duarte Sátyro
Eleonora Schettini M. Cunha
Organizadoras

(EDITORAufmg)

FINO TRACO
FT

#2

DESCOMPLICANDO POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

**A Constituição Federal de 1988
e a estrutura de proteção
social brasileira**

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor Alessandro Fernandes Moreira

EDITORA UFMG

Diretor Flavio de Lemos Carsalade

Vice-Diretora Camila Figueiredo

CONSELHO EDITORIAL

Flavio de Lemos Carsalade (Presidente)

Ana Carina Utsch Terra

Angelo Tadeu Caetano

Camila Figueiredo

Carla Viana Coscarelli

Élder Antônio Sousa e Paiva

Emília Mendes Lopes

Ênio Roberto Pietra Pedroso

Henrique César Pereira Figueiredo

Kátia Cecília de Souza Figueiredo

Lívia Maria Fraga Vieira

Luciana Monteiro de Castro Silva Dutra

Luiz Alex Silva Saraiva

Marco Antônio Sousa Alves

Raquel Conceição Ferreira

Renato Assis Fernandes

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi

Rita de Cássia Lucena Velloso

Rodrigo Patto Sá Motta

Weber Soares

Natália Guimarães Duarte Sátyro
Eleonora Schettini M. Cunha
Organizadoras

DESCOMPLICANDO POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

**A Constituição Federal de 1988
e a estrutura de proteção
social brasileira**

Volume 2

(EDITORAufmg)

FINO TRACO
FT
EDITORA

Editora UFMG

Coordenação editorial	Michel Gannam
Direitos autorais	Anne Caroline Silva
Assistência editorial	Eliane Sousa
Coordenação de textos	Clarissa da Cunha Vieira
Preparação de textos	Felipe Magalhães
Coordenação gráfica	Fernando Freitas
Projeto gráfico	A partir de Paulo Schmidt
Formatação e montagem de capa	Giovanni Barbosa
Produção gráfica	Warren Marilac

Fino Traço Editora

Coordenação editorial	Betânia G. Figueiredo
-----------------------	-----------------------

© 2023, As organizadoras

© 2023, Editora UFMG, Fino Traço Editora

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido
por qualquer meio sem autorização escrita dos Editores.

-
- D448 Descomplicando políticas sociais no Brasil : a Constituição Federal de 1988 e a estrutura de proteção social brasileira / Natália Guimarães Duarte Sátyro, Eleonora Schettini M. Cunha, organizadoras. - Belo Horizonte: Editora UFMG: Fino Traço, 2023.

178 p. : il. (Didática)

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5858-114-7 (Editora UFMG)

ISBN: 978-85-8054-608-8 (Fino Traço)

1. Brasil – Política social. 2. Políticas públicas – Brasil.

I. Sátyro, Natália. II. Cunha, Eleonora Schettini Martins, 1960-. III. Série.

CDD: 361.61981

CDU: 304(81)

Elaborada por Vilma Carvalho de Souza – Bibliotecária - CRB-6/1390.

Editora UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 – CAD II / Bloco III
Campus Pampulha – 31270-901 – Belo Horizonte/MG
Tel: + 55 31 3409-4650
www.editoraufmg.com.br – editora@ufmg.br

Fino Traço Editora Ltda.
editor@finotracoeditora.com.br
www.finotracoeditora.com.br

AGRADECIMENTOS

Descomplicando políticas sociais no Brasil é o resultado de um esforço coletivo que congregou o trabalho cuidadoso de 44 pesquisadores e pesquisadoras de 20 instituições distintas. Os autores e as autoras envolvidos são oriundos do Departamento de Ciência Política (DCP), do Departamento de Ciências Econômicas (ECN) e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), do Observatório das Desigualdades da Fundação João Pinheiro (FJP), do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto de Pesquisa e Ensino (INSPER), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Universidade de Brasília (UnB), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), do Departamento de Ciência Política (DCP-USP), do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-USP), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba (DGP-UFPB), da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (CIAGS-UFBA), da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS-UFG), da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), além de um administrador público da Câmara Municipal de Belo Horizonte e de especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do governo federal. Também contamos com a contribuição de 55 pareceristas de diversas instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, que gentil e anonimamente leram os capítulos, contribuindo com o aperfeiçoamento dos textos de forma significativa.

Foi com grande entusiasmo que coordenamos esse coletivo que se engajou na realização deste livro, portanto, a todas e todos que se envolveram, direta ou indiretamente, enviamos nosso agradecimento especial! Também agradecemos às agências de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), às fundações estaduais de pesquisa e a todas as instituições que financiam os estudos de autores, autoras e pareceristas, pois são esses incentivos que tornam possíveis trabalhos como este.

Por fim, resta dizer que o livro resulta das atividades realizadas no âmbito do Centro Interinstitucional de Análise de Políticas Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (CIAPSoc-DCP-UFMG), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFMG, e do Curadoria Pública (veja @curadoria-publica), que o integra.

Natália G. D. Sátyro e Eleonora S. M. Cunha

SUMÁRIO

Prefácio	9
Gabriela Lotta	
Apresentação	11
<u>Capítulo 1</u>	
Seguridade Social	19
Uma construção permanente	
Sônia Fleury	
<u>Capítulo 2</u>	
Federalismo e relações intergovernamentais nas políticas sociais	39
Mais autonomia ou mais coordenação?	
José Ângelo Machado	
<u>Capítulo 3</u>	
Capacidades estatais	59
Conceito, desdobramentos e efeitos nas políticas sociais	
Luciana Leite Lima	
Rafael Barbosa de Aguiar	
Lizandro Lui	
<u>Capítulo 4</u>	
Como a família se insere na política social?	77
Natália Guimarães Duarte Sátyro	
Clarisse Goulart Paradis	
Iris Gomes dos Santos	
<u>Capítulo 5</u>	
Como a participação nos conselhos e nas conferências pode influenciar as políticas sociais?	95
Eduardo Moreira da Silva	

Capítulo 6

A participação de organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas de proteção social 113

Marcelo Marchesini da Costa

Laís de Figueirêdo Lopes

Capítulo 7

Evidências, interesses e políticas públicas 133

Quem são os *Think Tanks* e por que precisamos conhecê-los?

Juliana Hauck

Capítulo 8

Como, e por que, a ideologia importa? 151

Carlos Ranulfo Melo

Capítulo 9

Justiça, política e políticas públicas 165

Interações e suas consequências

Vanessa Elias de Oliveira

CAPÍTULO 7

EVIDÊNCIAS, INTERESSES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Quem são os *think tanks* e por que precisamos conhecê-los?

JULIANA HAUCK

Objetivos do capítulo

1. Apresentar o papel dos *experts* no processo político como atores em rede incumbidos de fornecer evidências científicas para a conformação das políticas públicas.
2. Definir um tipo de especialista cada vez mais comum e destacado no Brasil e no mundo – os *Think Tanks* (TTs).
3. Diferenciar o ponto de partida das recomendações sobre políticas públicas: se são motivadas pelas evidências científicas ou pelos interesses de grupos específicos.

Introdução

A formulação, o debate, a decisão e a gestão das políticas públicas não envolvem somente atores governamentais. Entre os diversos atores fora da estrutura governamental, podemos encontrar os movimentos sociais, os grupos de interesse, os *Think Tanks* (TTs), as entidades de classe, as associações profissionais e setoriais e diversos outros atores que se esforçam, em menor ou maior grau, a depender das questões de políticas em evidência na agenda, em influenciar o processo político. Neste capítulo apresentamos os TTs, um tipo de ator que vem tomando cada vez maior projeção no Brasil e já ocupa lugar de grande importância em países como Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, China, Nigéria, Austrália, entre outros.

O leitor que nunca ouviu falar nesses atores políticos pode se localizar, em um primeiro momento, compreendendo-os genericamente como iniciativas (institutos, centros, departamentos, associações etc.) 1) dedicadas a realizar estudos no campo das políticas públicas 2) para produzir evidências científicas que 3) fundamentem recomendações a serem difundidas 4) que visam engajar gestores públicos e opinião pública (HAUCK, 2017). Os TTs têm obtido cada vez mais espaço para se posicionarem sobre quais problemas de políticas públicas devem ser priorizados pela agenda política. Também têm sido cada vez mais ouvidos sobre quais alternativas de soluções desses problemas são viáveis e potencialmente efetivas. Portanto, têm ainda recebido espaço para participar dos debates que levarão os gestores públicos à decisão sobre quais problemas coletivos priorizar e quais políticas públicas implementar, e à opinião pública sobre qual posição tomar.

Definir com clareza quem são os TTs, no entanto, não é tarefa simples. Cada vez mais sua forma de atuar vem sendo utilizada por outros atores presentes nos processos políticos, de maneira que sua distinção se torna difícil. Essa distinção, no entanto, é relevante para que saibamos a quem ouvir, cientes de seus interesses e suas agendas acerca de questões de políticas públicas.

Neste capítulo, apresentamos a forma como a Ciência Política aborda os especialistas e, entre eles, os TTs. Também apresentamos um conceito de “*think tank*” que, diante da profusão de atores que se utilizam do mesmo modo de agir, auxilia a sua distinção. Por fim, estabelecemos o critério que pode nos guiar quando precisamos saber de onde vem o conhecimento sobre políticas públicas quando decidimos ouvir aqueles que se dizem especialistas.

Em última instância, objetivamos apresentar esse ator que parece (mas não é) novo e tem conquistado espaço suficiente na cena política de maneira que organizações almejem serem reconhecidas como *think tank*, mesmo que não o sejam – pois ser visto como um TT é ser alçado ao lugar privilegiado de autoridade científica que sobrevoa as arenas em que os conflitos por interesses acontecem.

Qual é o papel dos especialistas (e, portanto, dos TTs) na conformação das políticas públicas?

São diversos os modelos da Ciência Política para compreender o que acontece entre o momento que se identifica um problema de ordem coletiva ou pública como relevante e a efetiva implementação de alguma política pública para mitigá-lo. Entre eles, vários discutem e evidenciam que especialistas ou *experts*, tem aí um papel. E eles de fato têm. Isso ocorre porque formuladores de políticas e gestores públicos necessitam de informações básicas sobre as sociedades que governam, seus problemas coletivos, sobre como as políticas em execução estão funcionando, bem como sobre as alternativas possíveis e seus prováveis custos e

consequências. Quando choques, crises e outros distúrbios criam problemas políticos para os quais as formas de agir e decidir em curso são incapazes de trazer resoluções, novos caminhos provenientes de novos conjuntos de evidências precisam ser estabelecidos para auxiliar os *policy makers* a vislumbrar novas soluções políticas (CAMPBELL, 2002). Neste contexto, as demandas por *expertise*, informação e conhecimento se tornam relevantes na trilha que se forma para o processo político que define o conjunto de soluções e de políticas públicas vigentes.

São diversas as abordagens acerca do processo de conformação das políticas públicas, e algumas dão pouco destaque aos especialistas, na medida em que são mais focadas no processo de formação da agenda política, ou seja, de quais assuntos se tornam relevantes para os *policy makers*. Assim, estabelecem os especialistas como atores mais ativos na fase de apresentação de alternativas de políticas após a priorização da questão. Nesta visão, TTs e especialistas fazem parte do conjunto de atores “invisíveis”, figurando de maneira discreta no processo de fornecer alternativas/soluções para os problemas de políticas públicas. Para muitos desses modelos de análise, os especialistas, de maneira geral, são muitas vezes tratados como meros geradores de conhecimento, neutros, passivos, isolados e pouco relevantes no processo político (CAPELLA, 2006).

Abordagens mais focadas nos especialistas e nos TTs nos mostram que, para se tornarem relevantes e sobreviver na cena política e social, esses atores têm se tornando voz ativa mais ou menos constante em todos os momentos dos processos políticos. E, para isso, têm atuado como fortes articuladores de diferentes dimensões que afetam o processo político. Como articuladores, ou “atravessadores”, corretores ou curadores de conhecimento sobre políticas públicas, são atores em constantes trocas e fluxos com outros atores do sistema político e dos demais sistemas relevantes ao político (como o midiático e dos negócios, por exemplo). Essas vertentes caracterizam os TTs como atores inseridos em relações, participantes de redes de políticas (*policy networks*) cujos fluxos influenciam de forma variável, mas presente, o processo político. Em um mundo cada vez mais interconectado e interdependente no campo da política, da ciência ou em qualquer outra perspectiva que afeta o processo de definição de políticas públicas, essa abordagem tem grande potencial em nos ajudar a entender esses atores e como buscam atuar nas arenas políticas, crescentemente competitivas.

Muitos modelos da abordagem de redes de políticas se baseiam na ideia de que o quadro de atores, formais e informais, que reivindicam suas posições sobre políticas é amplo. Ou seja, o debate e a concertação de políticas não se dão mais somente no contexto do “triângulo de ferro”, formado por políticos, burocratas e grupos de interesse. Esse conjunto de atores mais diverso e mais numeroso se organiza em rede para atingir seus objetivos no universo político com base no compartilhamento de recursos. Assim, mantém uma comunicação regular e uma frequente troca de informação, estabelecendo relacionamentos estáveis em busca de alcançar interesses comuns (RAAB; KENIS, 2007).

A abordagem de redes nos mostra os constrangimentos e as oportunidades apresentados aos atores, revelados pela maneira como as relações sociais estão organizadas. Permite investigar quais atores dominam o processo de tomada de decisão e como o processo político pode ser resultante dos fluxos entre aqueles envolvidos nas redes relacionadas a determinadas questões de políticas públicas.¹ Essa visão é definitivamente apropriada para falarmos dos TTs, já que, como será mostrado na seção seguinte, os definimos como atores que atuam em rede para sobreviver, construindo relações – e sem as quais perdem seu papel de produtores e difusores de evidências e recomendações para influenciar a cena política. As redes de políticas são mais ou menos constantes, assim como nossas relações pessoais. Não mudamos de amigos ou de ambientes de convívio todo dia. Portanto, ao longo do tempo essas relações adquirem certa estabilidade e, observando-as, conseguimos saber quem influencia quem, quem é mais ouvido, quem aparenta ter mais recursos ou com quem só conseguimos falar se estivermos conectados a outra pessoa.

De maneira geral, por um lado, as diferenças entre esses modelos se assentam em elementos como: a ênfase no papel dos especialistas de políticas (ou da *expertise*); o nível de articulação contemplado (políticas transnacionais, nacionais, locais ou todas elas ao mesmo tempo); a regularidade, a formalidade e o tipo de interação entre os atores envolvidos. Por outro lado, o elemento central que explica a mudança de políticas, em todos os casos, é um conjunto compartilhado de crenças sobre como funcionam as coisas ou como deveriam funcionar. Para todas estas abordagens, as ideias e o conhecimento, sua âncora no sistema de crenças, a interação regular (formalizada ou não) em um fluxo de rede e o propósito de influenciar a definição de políticas são um núcleo comum.

Alguns estudos demonstram como é comum encontrar TTs em rede para influenciar a definição de políticas públicas (STONE, 2000; STRUYK, 2002; PAUTZ, 2014; STONE, 2015; SALAS-PORRAS, 2017; COMAN, 2018). Muitos deles utilizam o modelo analítico das coalizões de discurso para entender seu papel no processo de definição de políticas. Para esse modelo, o discurso, ou as ideias que propagam, aparece como aspecto crucial que une esses atores à rede (PLEHWE; WALPEN, 2006; PAUTZ, 2011; PLEHWE, 2014). Esse é exatamente o modelo que acreditamos melhor auxiliar no entendimento dos TTs. A abordagem das coalizões de discurso entende que qualquer mudança no que os atores da rede acreditam pode mudar a estrutura do governo e das políticas. Entende também que os atores se organizam em rede para compartilhar recursos e atingir interesses em comum. Esses interesses são manifestos pelas diferentes formas (discursos) pelas quais os atores da rede narram a maneira (com base em suas crenças, ideias e conhecimentos) que entendem os problemas de políticas, sua priorização e soluções ideais. Esses

1 Dos modelos analíticos das políticas públicas, são diversos os que compartilham essa ideia das redes de políticas. São todos modelos nos quais a estrutura de rede – ou as interações regulares entre atores em torno de interesses de políticas comuns – são aspectos-chave para o entendimento do processo político (HECLO, 1974; KINGDON 1984; SABATIER, 1987; HAJER, 1993; DUDLEY; RICHARDSON 1998; JONES; BAUMGARTNER, 2007; MILLER; DEMIR, 2007).

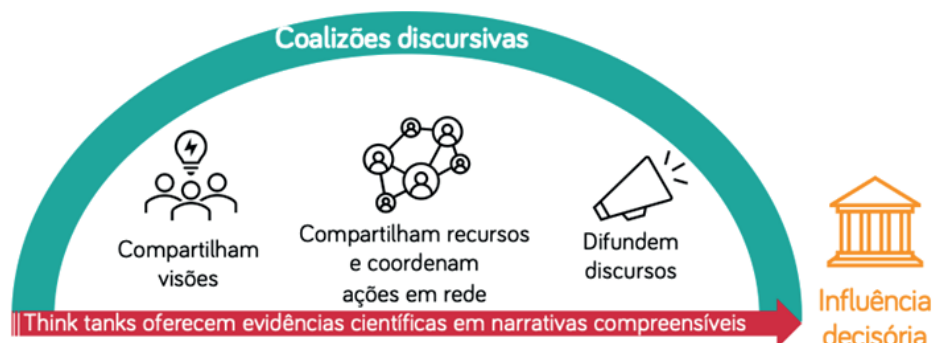
discursos, constantemente levados às audiências, a partir de interações comunicativas e associados a fontes de influência, como a mídia, abrem caminho para mudanças nas estruturas de governo e nas políticas. As coalizões discursivas são, portanto, os grupos de atores comprometidos com uma mesma forma de narrar o mundo, pelo mesmo conjunto de mensagens, pelas quais esses atores tentam levar sua visão da realidade aos outros.²

Para a Coalizão Discursiva, o papel dos *experts* é destacado diante da grande e crescente complexidade e especificidade dos problemas de políticas, o que torna um entendimento especializado sobre as questões necessário. Nesse sentido, o debate de políticas é muito pautado pelas informações trazidas pelo universo científico ou de produção de conhecimento especializado. A interação entre formuladores de políticas e especialistas de políticas foi, dessa forma, concebida como “coalizões discursivas”.

Por que faz sentido pensar nos TTs como parte de uma coalizão de discurso? Como será explicitado adiante, eles se diferenciam na produção de conhecimento das universidades e de outros ambientes predominantemente acadêmicos por compreenderem a necessidade de embalar sua *expertise* em formatos acessíveis aos *policymakers* – com escasso tempo de decisão e limitado conhecimento sobre todas as questões de políticas. Se valem do mesmo olhar para levar questões de políticas ao público geral, igualmente limitado em compreender as questões de políticas, dada sua quantidade, complexidade e especificidade. Ao mesmo tempo, TTs compreendem que acessar a mídia para dar projeção às suas ideias e suas audiências de interesse requer narrativas de efeito.

As coalizões se formam por compartilhar visões sobre uma determinada solução para um problema específico de políticas e promovem essa solução com audiências relevantes em formatos discursivos distintos e em concordância. Para além disso, esses atores que enxergam a relação problema-solução-discurso pela mesma perspectiva se conectam para compartilhar recursos. Dessa forma, a composição de coalizões discursivas por atores políticos de diferentes naturezas – TTs, grupos ativistas, políticos, corporações, burocratas, grupos de interesse etc. – é pertinente. Todos, cada qual com suas capacidades associadas, podem tornar um discurso mais potente.

2 Estudos que analisaram alguns desses grupos identificaram como quase sempre eles compartilham um núcleo aglutinador, ou algo que os conecta em sua essência, forma de funcionamento ou propósito. Por exemplo, podem estar aglutinados por suas tendências políticas ou ideológicas; ou por seu vínculo a financiadores comuns; ou ainda por uma inserção institucional similar, como é o caso dos TTs vinculados a partidos políticos (PLEHWE 2014; FISCHER E PLEHWE, 2013; ROCHA, 2016; HAUCK, 2019).

Figura 1 – Think Tanks nas coalizões de discurso

Fonte: elaborada pela autora.

A contribuição dos TTs é sua *expertise*, levando evidências e recomendações baseadas em evidências aos públicos interessados. Mas também contribuem com sua capacidade de transformar essa *expertise*, muitas vezes de difícil compreensão para não-especialistas, em narrativas mais fáceis de serem compreendidas e adotadas. Além disso, podem usufruir de acesso político, acesso midiático, recursos financeiros, recursos institucionais e outros tipos de recursos quando em coalizão com atores de outra natureza com quem compartilham o discurso. Os TTs são membros, portanto, que se agregam à coalizões discursivas, obtendo efeitos dos discursos no universo político pela via da credibilidade intelectual ou da autoridade simbólica da ciência. Esse é o lugar que, nessa visão, os especialistas e TTs têm obtido no processo político: são pontes entre evidências e decisão, garantindo o processo político das contribuições da ciência.

Quem são os TTs?

É importante colocar, de partida, que o campo que estuda os TTs frequentemente discute, em função de uma atuação muito multifacetada, como eles comumente são confundidos com: 1) universidades e institutos de pesquisa, porque são também produtores de conhecimento científico; 2) grupos de *advocacy*, interesses e movimentos sociais, porque também promovem suas ideias com seus públicos de interesse; 3) empresas de relações públicas, quando atuam no *marketing* das recomendações de políticas que adotam; 4) empresas de consultoria, quando prestam serviços a governos; 5) com as próprias agências governamentais que atuam na produção e na promoção de subsídios técnicos com gestores públicos para a tomada de decisão política. Ou seja, estamos falando de um ator que navega entre fronteiras bem nebulosas em relação a outros participantes da cena política e social mais ampla.

Para algumas vertentes de estudo, TTs podem ser definidos de maneira idealizada, como atores neutros no trato dos assuntos de políticas públicas e desinteressados quanto ao exercício de influência direta sobre elas. Outras vertentes os colocam em um lado oposto, atribuindo a eles as mesmas características e modos de operação que os grupos de interesse, que se dedicam a defender os interesses de seus membros, às vezes até mesmo à revelia do que as evidências científicas indicam. Por isso é tão relevante compreender os TTs e estabelecer suas diferenças e interseções com outros atores do cenário político. É uma maneira de auxiliar todo indivíduo a compreender melhor as fontes de onde vêm dados, informações e conhecimentos sobre políticas antes de utilizá-las como referência para formação de sua opinião e, mais ainda, antes de utilizá-las para formulação e decisão sobre as políticas públicas que estarão presentes no nosso dia a dia.

Alguns exemplos muito presentes no dia a dia do brasileiro podem ser citados. Você sabia que quem cria muitas das referências de índices e indicadores econômicos e socioeconômicos são organizações que podem ser caracterizadas como TTs? O IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), utilizado para corrigir valores em muitos contratos privados é elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) – TT vinculado à Fundação Getúlio Vargas. O indicador do custo da cesta básica, importante peça para o acompanhamento do desempenho da economia e seu reflexo no cidadão brasileiro mediano, é produzido pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), que há décadas estabelece muitos parâmetros para análises socioeconômicas. A tabela FIPE, utilizada pelo mercado automotivo como referência de preços de mercado, é elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que também pode ser categorizada como um TT.

Vamos ver alguns exemplos associados ao campo das políticas sociais? O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apesar de ser uma instituição governamental, pode ser considerado um TT por seu papel central na produção de estudos e dados sobre a educação brasileira, algo que pauta o desenvolvimento das políticas públicas de educação, mas também, das condutas de educação conduzidas pelos grupos privados desse campo. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da mesma forma, impacta na condução das políticas de cobertura do atendimento à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), mas também das empresas privadas de seguro saúde. São muitos os exemplos que poderíamos citar aqui de organizações que podem ser caracterizadas como TTs e que têm grande relevância em informar tomadores de decisão públicos e privados, mas também da população em geral, formando opinião pública sobre temas de interesse coletivo.³

Tomar consciência disso, por outro lado, nos incita a seguinte questão: toda política pública se vale de evidências científicas para ser discutida e formulada? Certamente não. No entanto, quanto mais a ciência faz parte desses processos, menores podem ser as chances de erro e, portanto, maiores as chances de

3 Para uma abordagem analítica de diversos TTs brasileiros, ver: Hauck, 2015.

efetividade, isto é, do debate ser balizado por informações de qualidade, produzidas de maneira confiável e válida. Isto amplia as possibilidades de se revelar a realidade das conexões entre problemas e soluções de interesse coletivo. Ao mesmo tempo, tornam-se mais factíveis as resoluções dos problemas coletivos de fato, em vez de nos ancorarmos em processos de tentativa e erro, levando soluções mais justas e democráticas para a sociedade.

Os estudiosos que têm trazido definições de TTs mais úteis e práticas à compreensão de sua natureza e sua forma de agir estão embasados na chamada Teoria dos Campos, que tem como uma de suas bases os estudos de Pierre Bourdieu.⁴ Essa corrente de estudo tem como principal expoente Thomas Medvetz (2012). A teoria dos campos parte da ideia de que TTs são atores realmente difíceis de definir, exatamente porque utilizam modos de operação que podemos encontrar em outros tipos de atores da cena política. A teoria dá o nome de campos de poder ao contexto em que esses modos de operação se formam.

Um exemplo que facilita compreender o que é um campo de poder é o do campo de poder da mídia, em que jornalistas, agências de notícias, redes sociais, *influencers*, e todo ator que se dedica a transmitir informações atua, a partir de meios (*media*) que alcançam outros atores ou indivíduos. Portanto, no campo de poder da mídia temos modos de operação específicos e usados predominantemente pelos atores desse campo (ou universo, ou ambiente), voltados a transmitir mensagens aos diferentes conjuntos de receptores, por meios como televisão, *streaming*, redes sociais, *websites* e demais veículos midiáticos. Para a teoria dos campos, os TTs atuam utilizando os modos de operação de quatro campos de poder que são parte do nosso dia a dia, conforme discutiremos a seguir. O campo de poder da mídia é um deles, pelos quais os TTs difundem seus estudos, recomendações e posicionamentos sobre políticas. A partir desse campo, buscam como principal resultado dar visibilidade a essas ideias.

Outro campo de poder utilizado pelos TTs é o da política, lugar de atuação predominantemente dos órgãos governamentais do Poder Executivo (presidência, prefeituras, agências governamentais, secretarias de governo etc. e órgãos parlamentares, como assembleias estaduais, câmaras de vereadores, Congresso Nacional). Como atores interessados no processo político, os TTs precisam compreender e acompanhar os fluxos da agenda de políticas, saber como o processo evolui desde a identificação de um problema coletivo até a decisão e a implementação de uma solução por meio de uma política pública, inclusive da verificação de seus resultados após a implementação. Para se tornarem cada vez mais capazes de serem ouvidos pelos formuladores e decisores responsáveis pelas políticas públicas, precisam entender quem são eles, como atuam, onde atuam e em que estágio

4 Essa abordagem trazida por Medvetz (2008; 2012) é derivada do trabalho de Bourdieu e recentes extensões de sua teoria por estudiosos, como Gil Eyal e Loïc Wacquant. Bourdieu define espaço social como a forma de representação em que qualquer estrutura social pode ser representada como um sistema multidimensional de posições ordenadas pelo volume e composição da autoridade (capital), organizando relações entre indivíduos, grupos e classes. Campo de poder denota especificamente a porção superior do espaço social, no qual os detentores da autoridade competem sobre ou valores relativos dos diferentes tipos de capital ou autoridade (MEDVETZ, 2008).

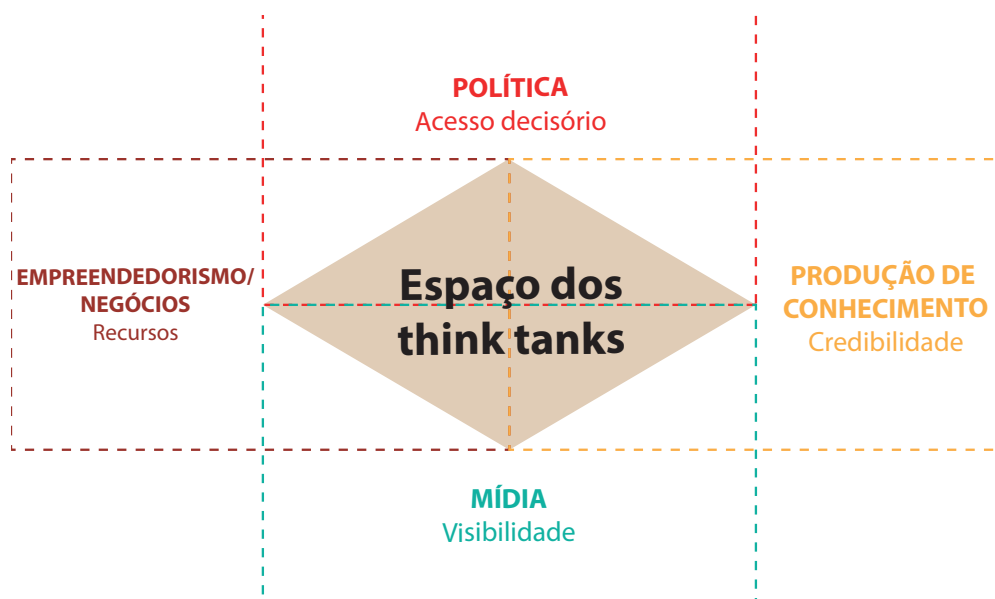
do processo político detém maior ou menor papel. Dessa forma, adquirem acesso político ao espaço central de decisão sobre a agenda, a formulação e a implementação de políticas públicas.

O campo de poder da economia ou do empreendedorismo/negócios (com ou sem fins lucrativos),⁵ espaço de atuação principalmente das empresas e das organizações sociais, também é outro campo que os TTs utilizam para sobreviver. É nesse campo de poder que os TTs se inspiram para conceber planos e ações que viabilizam financiamento, subsídios, apoio, “vender” seus produtos (estudos, consultorias, visualização de dados) e, assim, gerar recursos de sobrevivência para perdurar no tempo.

Por fim, o mais importante deles, é o campo de poder da produção de conhecimento (espaço de atuação principalmente dos institutos de pesquisa e das universidades). Esses utilizam os modos de operação da produção de evidências científicas pela coleta e pela análise de dados, para mapear situações e/ou responder às perguntas sobre a realidade a partir do processo científico. Dessa forma, constroem credibilidade sobre as ideias que vão difundir, para a mídia e os agentes públicos, sobre os problemas e as soluções de ordem coletiva. Atuam atentos aos protocolos formais e informais da produção de conhecimento, favorecendo a revisão de pares, buscando publicar seus estudos em jornais e revistas científicos, fazendo parte de grupos de pesquisa e primando pelos critérios que asseguram o rigor científico na produção de seus estudos, zelando pela confiabilidade e pela validade de seus dados e pesquisas.

Na interseção entre esses campos é que os TTs operam – o espaço social deles –, buscando cada vez mais calibrar sua dedicação de acordo com os diferentes campos de poder, fazer-se compreender e buscar relevância no ecossistema político em que estão inseridos. Os TTs, portanto, agem de maneira multifacetada, incluindo em sua atuação as dinâmicas de todos os campos de poder e buscando, com sua performance, resultados relacionados a todos eles com um mesmo fim: gerar engajamento em suas evidências para influenciar o processo de conformação das políticas públicas – o fim essencial de um TT. A Figura 2 mostra como o espaço em que os TTs operam têm essas intersecções com os campos de poder citados – política, mídia, empreendedorismo e produção do conhecimento. Podemos concluir que, quanto mais os TTs se aproximam do centro, equilibrando suas ações nos diferentes campos de poder, mais facilmente são reconhecidos e menores são suas sobreposições com outras instituições predominantes dos campos de poder que os formam.

5 O campo do empreendedorismo, economia ou dos negócios, refere-se à ideia de que, para sobreviver, um think tank precisa se “vender” ou vender seus projetos a potenciais financiadores, utilizando-se de meios de persuasão cuja matiz remete ao ambiente de negócios ou do empreendedorismo. Em alguns estudos do autor (MEDVETZ, 2008; MEDVETZ, 2010) a expressão “campo de poder da economia” é mais utilizada. Mais recente o autor utiliza o termo “campo de poder dos negócios” (MEDVETZ, 2012; MEDVETZ, 2012A). Adotamos o termo “empreendedorismo” ou “negócios” para nomear esse campo que se refere à sobrevivência financeira e institucional dos think tanks.

Figura 2 – Campos de poder e espaço dos TTs

Fonte: elaborado pela autora com base em Medvetz (2012).

A teoria dos campos, dessa forma, não adota a ideia de que os TTs são um tipo de organização particular, mas uma forma de ação. Definem-se como TTs quando se encontram nesse espaço social de interseção entre esses quatro campos de poder, intermediando-os e influenciando-os, sem deixar de se valer de nenhum deles.

Por que é tão relevante que os quatro campos de poder estejam presentes na dinâmica de ação dos TTs? Porque essa é a forma de diferenciá-los dos demais atores com os quais podem ser confundidos. Como já colocamos: não são agências de notícias, ou grupos editoriais, nem *influencers*, mas atuam na difusão de ideias e informações e buscam projeção; não são agentes públicos, mas se encontram muitas vezes em estreita interlocução com o processo político; e também não são empreendimentos ou corporações, mas precisam constantemente agir nessa lógica para sobreviverem; também não são universidades ou institutos de pesquisa, mas produzem conhecimento científico como eles, e esse – o conhecimento baseado em evidências – é sua principal moeda para transitar entre os campos de poder, pois, sem ela, tornam-se qualquer um dos outros atores presentes na cena política ou aqueles que tradicionalmente ocupam os campos de poder.

Quando imaginamos um TT atuando a partir desse olhar dos campos de poder, o que vemos? Façamos um exercício hipotético e simplório de imaginação do dia a dia de um TT. Em um dia comum, aquele que atua no TT começa sua rotina de trabalho com a conferência, com outros colegas, da finalização de um relatório

que construíram com base em dados que coletaram sobre o cenário do saneamento básico brasileiro, com foco na cidade de São Paulo. O estudo foi pensado para buscar compreender melhor o efeito das enchentes em determinadas regiões da cidade. O relatório está pronto. Foi construído a partir de informações dos bancos de dados do IBGE, que coleta dados em todo o Brasil. O estudo mostra focos de enchentes relacionadas à ausência ou à precariedade de coleta de lixo e descarte inadequado por parte da população das regiões. As soluções possíveis são a intensificação do programa de coleta de lixo nessas localidades e as ações de conscientização com a população para incentivar o descarte adequado do lixo. O *think tanker*⁶ já tem os resultados do estudo e entra em contato com a mídia local da cidade. Busca espaço para divulgar o estudo e falar, de maneira fácil, sobre como as pessoas podem ajudar a minimizar o problema. Também publica nas redes sociais do TT e de parceiros um *post* sobre o estudo e seus resultados. Ao mesmo tempo, busca agendar uma audiência pública com a secretaria municipal responsável pelo saneamento básico do município. Lá na audiência explica, em linguagem adequada para a pessoa responsável, seus achados e possíveis formas de ação pública. Na volta da audiência, checa se saiu o resultado de um edital de financiamento para o qual submeteram uma proposta de captação de recursos. E acorda no dia seguinte para performar novamente em todas essas frentes de ação, para adquirir relevância, recursos e dar vida longa às suas contribuições em um campo de conhecimento de interesse coletivo/público.

Em TTs mais estruturados, essas diferentes ações podem ou não ser realizadas pela mesma pessoa. Imaginamos que sim para ajudar na compreensão de que, na maior parte deles, as pessoas realizam muitas funções que traduzem exatamente como é estar entre os campos de poder, em uma ação frequentemente multifacetada, que requer, portanto, habilidades múltiplas por parte dos que estão envolvidos, em um eterno equilíbrio de balanceamento e calibragem entre essas dimensões de ações que, apesar de diferentes, se retro alimentam. Ou seja, se o estudo tem resultados inovadores e consistentes, torna-se mais fácil conseguir espaço na mídia para falar deles, assim como o *post* nas redes sociais tende a ter maior engajamento, o que desperta o interesse dos agentes públicos que, ao dar espaço de fala ao TT, favorece sua projeção e facilita o reconhecimento de financiadores de seu papel, aumentando suas chances de captar recursos.

Entendido seu papel no processo político e como podemos reconhecer aqueles atores que atuam como TTs, nos resta destacar como e porque é importante distingui-los especificamente de um outro ator que vem intensificando suas similaridades com os TTs – os grupos de interesse.

6 Chamamos de *think tankers* os indivíduos dedicados às atividades-chave dos TTs. Eles se envolvem em pesquisa, mas também na comunicação de seus resultados, na conversa com a mídia, na captação de recursos, ou em toda e qualquer atividade necessária para dar projeção e concretizar o propósito do TT (MEDVETZ, 2012).

Interesses e evidências: a ordem dos fatores altera o resultado

O conceito de TTs aqui trazido pode ser muito útil para treinarmos nossos olhares a compreender que, mesmo que os TTs busquem visibilidade e acesso político para engajar suas audiências em suas ideias, e se associem a organizações para obter recursos, seu cerne está na produção de conhecimento científico afeto às políticas públicas como atividade central. Esse é um aspecto chave para separar TTs de outros atores presentes no processo político. Mas, ainda assim, atualmente vemos unidades, departamentos ou até instituições inteiras se estabelecendo exclusivamente para produzir conhecimento e para exercer influência sobre as políticas públicas.

As próprias redes de políticas – coalizões de discurso, redes questões, comunidades epistêmicas, subsistemas de políticas, ou qualquer um desses fenômenos – geram cada vez mais oportunidades para que os atores da cena política aprendam uns com os outros. Em rede, compartilhando recursos e discursos, observam e atuam coletivamente, apropriando-se uns dos métodos de ação dos outros. Um forte indício disso é a crescente tendência de classificação de muitos deles em uma categoria só. Saber se um ator é um movimento social, um grupo de pesquisa ou uma organização social quando ele mobiliza estratégias dos três tipos de atuação vai se tornando cada vez mais difícil.

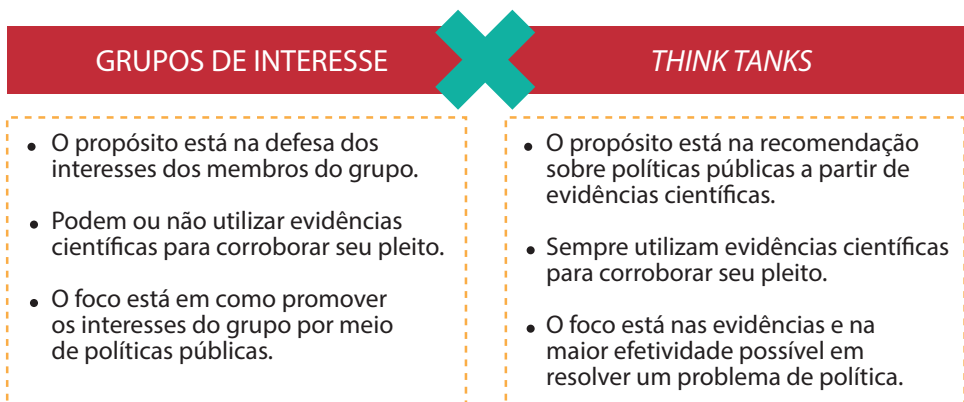
Essa é uma questão central para a diferenciação entre TTs e outros atores da cena política contemporânea, especialmente quanto aos grupos de interesse. Isso porque ambos vêm se encontrando na cena política e fazendo uso das mesmas estratégias (ou repertórios) de ação. Por um lado, os TTs vêm cada vez mais sendo atores ativos no processo de *advocacy* de suas ideias, atuação tradicionalmente mais predominante dos grupos de interesse e pressão. Por outro lado, estes grupos vêm cada vez mais investindo em produção e publicização ampla de conhecimento, visando dar credibilidade científica a seus pleitos. Ou seja, ambos estão convergindo no uso do conhecimento-difusão-influência para atuar na cena política. Há um problema nessa convergência? Qual é esse problema e como superá-lo?

O problema que se coloca quando não sabemos diferenciar TTs de grupos de interesse é que, na maior parte das vezes, os grupos de interesse agem, como o nome bem diz, em defesa dos interesses de um grupo específico. Isto é, grupos de interesse são “associações de indivíduos ou de organizações [...] que, com base em uma ou mais preocupações compartilhadas, tentam influenciar as políticas públicas *a seu favor*” (THOMAS, 2004, p. 4, grifo nosso). A ênfase em *a seu favor* se dá porque esse é outro ponto-chave que nos guia a estabelecer diferenças.

Três aspectos podem nos auxiliar em estabelecer diferenças. O primeiro deles se relaciona ao propósito da iniciativa. Para os grupos de interesse, a ciência é utilizada como meio para defender os interesses de seus membros. Para os TTs, a ciência é um meio para defender o interesse coletivo, na medida em que as evidências encontradas assim disserem o que é prioritário, viável e pertinente de ser objeto de política pública. O interesse dos TTs está, em última instância, no avanço de um ou mais campos de conhecimento e na utilidade desse ao processo político. É preciso um olhar cuidadoso para identificar quem se posiciona na defesa de interesses de grupos específicos e os que recomendam medidas de políticas com base nos resultados de pesquisa contundentes sobre questões de interesse coletivo. É nessa diferença que se colocam as distinções entre o *lobby* e o *advocacy*. O primeiro está detidamente associado à defesa de interesses particularistas; o segundo, explicitamente relacionado ao interesse coletivo, mesmo quando associado a grupos específicos. Os grupos de interesse, portanto, podem ou não utilizar as evidências científicas para fortalecer seu pleito junto às audiências relevantes na questão. Os TTs sempre partem das evidências científicas como ponto central de qualquer ideia, recomendação ou aconselhamento que promovam.

Dessa forma, o foco dos grupos de interesse está em como promover seus interesses no poder público. Em que aspectos as políticas públicas interferem ou podem interferir, positiva ou negativamente, em seus interesses e, assim, como podem atuar para reverter ou manter uma situação a seu favor. Para os TTs, o foco é a evidência. Com agendas de pesquisa frequentes em função de seu compromisso com o avanço do campo de conhecimento, TTs se dedicam a encontrar resultados de pesquisa com o objetivo de trazer insumos suficientes para a defesa de alguma posição relacionada às políticas públicas existentes ou ausentes.

Figura 3 – Grupos de Interesse versus *Think Tanks*



Fonte: elaborada pela autora.

Exemplificando...

Imaginemos que um sindicato de empregadores auxilia na proposição e na defesa de um projeto de lei, no Congresso Nacional, que defende a abolição de determinados encargos trabalhistas de responsabilidade do empregador, afirmando, com base em um estudo realizado em um estado dos EUA, que os níveis de empregabilidade aumentaram após medida similar, já que a abolição dos encargos desonerou as folhas de pagamento das empresas.

Um TT, dedicado a realizar estudos socioeconômicos que abordam a questão, toma ciência do pleito do sindicato e busca levar seus estudos produzidos sobre a questão no Brasil e em outros países há décadas. Afirma, com base em evidências de diversos países, de diversos momentos do Brasil e de diversas fontes, como essas medidas geram a precarização das condições do trabalhador e, ao longo do tempo, aumentam a pobreza do país. Como este tema faz parte de sua agenda de pesquisa, tais achados são resultados de amplas e numerosas discussões em congressos e debates abertos, publicações em revistas científicas revisadas por pares e amplo e notório comprometimento de suas trajetórias científicas na defesa dessa posição na mídia e com outros especialistas no tema.

Neste exemplo, quem está de fato utilizando a ciência e seus protocolos com segurança para atingir os objetivos de aumentar a efetividade dos governos? Quem está usando a ciência como uma narrativa construída por um recorte parcial dos estudos sobre o assunto para defender interesses de um setor ou ator específico do sistema? Essa é a principal diferença entre eles.

Recapitulando: TTs são comprometidos com a trajetória e o avanço de um campo de conhecimento útil às políticas públicas ou a uma agenda de interesse coletivo. Grupos de interesse se utilizam do modo de operação da produção de conhecimento para reivindicar o lugar de *expert* e se colocar acima dos meros conflitos de interesses e defender seus próprios interesses enquanto grupo. É por isso que grupos de interesse vêm se auto intitulando como TTs: chamar uma organização dessa forma é raramente algo neutro, já que dá autoridade científica a um ator de um determinado contexto.

Não há fórmula pronta para essa diferenciação, mas um olhar crítico em pelo menos seis aspectos da forma como operam esses atores pode ajudar a conseguir pistas sobre seus interesses, propósito, foco e forma de uso das evidências:

1. A principal atividade a que a iniciativa se dedica é a produção de conhecimento?
2. De onde vêm os recursos financeiros que sustentam as atividades de pesquisa? São diversificados, transparentes e livres de conflitos de interesse?⁷

⁷ Um exemplo de conflito de interesse, por exemplo, seria um TT dedicado a estudos sobre saúde pública ser financiado por uma indústria alimentícia cujos produtos são notoriamente causadores de doenças que são objeto dos estudos do TT. O poder do financiador sobre os resultados dos estudos, caso sejam desfavoráveis ao negócio dele, pode levar o pesquisador a enviesar sua conduta nos estudos e na divulgação dos achados ou, no mínimo, levantar dúvidas sobre a confiabilidade e a validade de seus resultados.

3. Há diversidade e qualidade nas trajetórias dos pesquisadores envolvidos?
4. Quem são os conselheiros que decidem ou ajudam a organização a tomar decisões? Têm trajetória científica e/ou especializada no campo a que se dedica a organização? Ou têm negócios/atividades produtivas nesse campo que podem ser afetadas por mudanças de políticas?
5. Os estudos seguem as boas práticas de produção de conhecimento típicas do campo científico – revisão de pares, publicação em revistas e jornais científicos, disponibilização de notas metodológicas que permitem a replicação dos estudos, ou até publicização dos bancos de dados?
6. E, por fim, há um compromisso de longo prazo em pautar o debate sobre a(s) questão(ões) que mostra(m) dedicação a um campo de estudo/agenda de políticas públicas?

Conhecer os interesses de quem nos faz recomendações sobre políticas públicas é decisivo: no curto prazo, refere-se aos direitos que perdemos ou aos deveres que ganhamos por meio das políticas. No médio prazo, refere-se ao impacto eleitoral que elege ou depõe governos que favorecem os ecossistemas de políticas. No longo prazo, são efeitos duradouros que geram desigualdade ou justiça social e que, como sabemos, têm efeitos sobre as vidas de todos nós, seja direta ou indiretamente.

Referências

- CAMPBELL, John L. Ideas, Politics, and Public Policy. *Annual Review Sociology*, n. 28, p. 21-38, 200. Disponível em: arjournals.annualreviews.org. Acesso em: 2 fev. 2023.
- COMAN, Ramona Why and how do think tanks expand their networks in times of crisis? The case of Bruegel and the Centre for European Policy Studies. *Journal of European Public Policy*, v. 26, n. 2, p. 286-301, 2018.
- DUDLEY, Geoffrey; RICHARDSON, Jeremy. Arenas without rules and the policy change process: Outsider groups and British Roads Policy. *Political Studies*, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1467-9248.00164>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- FISCHER, Karen; PLEHWE, Dieter. Redes de think tanks e intelectuales de derecha en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 245, p. 70-86, 2013.
- HAJER, Maarten. Discourse Coalitions: The Case of Acid Rain in Great Britain. In: FISCHER, Frank; FORESTER, J. (Ed.). *The Argumentative Turn in Policy and Planning*. London: University College Press, 1993.
- HAUCK, Juliana C. R. *Entre campos de poder: think tanks e opinião pública no Brasil*. 2019. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- HECLO Hugh. *Modern Social Politics in Britain and Sweden*. New Haven, CT: Yale University Press, 1974.
- JONES, Brian; BAUMGARTNER, Frank. Explaining Stability and Change in Public Policymaking. In: SABATIER, Paul A. (Ed.). *The theories of the Policy Process*. Boulder/Colorado: Westview Press, 2007.

MEDVETZ, Thomas Matthew. Think tanks as an emergent field. *Social Science Research Council*, 2008. Disponível em: <http://www.ssrc.org/publications/view/A2A2BA10-B135-DE11-AFAC-001CC477EC70/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MEDVETZ, Thomas Matthew. Public policy is like having a vaudeville act: languages of duty and difference among think tank-affiliated policy experts. *Qualitative Sociology*, v. 33, n. 4, p. 549-562, 2010.

MEDVETZ, Thomas Matthew. *Think tanks in America*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

MEDVETZ, Thomas Matthew. Murky power: “think tanks” as boundary organizations. *Emerald Insight*, 2012. Disponível em: [http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/S0733-558X\(2012\)0000034007](http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/S0733-558X(2012)0000034007). Acesso em: 2 fev. 2023.

PAUTZ, Hartwig. Revisiting the think tank phenomenon. *Public Policy and Administration*, v. 26, n. 4, p. 419-435, 2011.

PAUTZ, Hartwig. British Think-Tanks and Their Collaborative and Communicative Networks. *Politics*, v. 34, n. 4, p. 345-361, 2014.

PLEHWE, Dieter. Think tank networks and the knowledge-interest nexus: The case of climate change. *Critical Policy Studies*, n. 8, p. 101-115, 2014.

PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernhard. Between network and complex organization: The making of neoliberal knowledge and hegemony. In: PLEHWE, Dieter; WALPEN, Bernhard; NEUNHÖFFER, Gisela (Ed.). *Neoliberal hegemony: A global critique*. London, UK: Routledge, 2006.

RAAB, Jörg; KENIS, Patrick. Taking Stock of Policy Networks: Do They Matter? In: FISCHER, Frank et al. (Ed.). *Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods*. Florida: Taylor & Francis Group, 2007.

SABATIER, Paul. Knowledge, Policy Oriented Learning and Policy Change: An Advocacy Coalition Framework. *Science Communication*, v. 8, n. 4, p. 649-692, 1987.

SALAS-PORRAS, Alejandra. American think tank networks and expert debates around the Global Financial Crisis: Keynesian insurgents against austerity defenders. *Policy and Society*, v. 37, n. 2, 2018.

STONE, Diane. Think Tank transnationalisation and non-pro t analysis, advice and advocacy. *Global Society*, v. 14, p. 153-172, 2000.

STONE, Diane. The group of 20 transnational policy community: governance networks, policy analysis and think tanks. *International Review of Administrative Sciences*, v. 81, n. 4, p. 793-811, 2015.

STRUYK, Raymond J. Transnational think-tank networks: purpose, membership and cohesion. *Global Networks*, v. 2, n. 1, p. 83-90, 2002.

THOMAS, Clive S. Introduction: the study of interest groups. In: THOMAS, Clive S. (Ed.). *Research guide to U.S. and international interest groups*. Westport: Praeger Publishers, 2004.

Juliana Hauck

É graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), mestre e doutora em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora associada do Centro Interinstitucional de Análise de Políticas Sociais (CIAPSoc-UFMG). Trabalha, há cerca de 20 anos, com Desenvolvimento Institucional de institutos de pesquisa, centros de estudos de tendências, *Think Tanks*, organizações sociais e fundações internacionais, programas governamentais e de organismos multilaterais. Tem experiência diferenciada na

construção de diagnósticos organizacionais/programáticos e planos compreensivos que promovam a sustentabilidade institucional e financeira de organizações intensivas em conhecimento. Os *Think Tanks* são sua temática de pesquisa predominante, assunto sobre o qual publica estudos acadêmicos e gerenciais. Atualmente lidera a área de Desenvolvimento Institucional do Instituto Igarapé.